

SESSÕES DO PLENÁRIO

1ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 04 de fevereiro de 2014.

PRESIDENTE: DEP. ADOLFO MENEZES *AD HOC*

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Geilson, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, João Carlos Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rosemberg Pinto Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Temóteo Brito, Tom Araújo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (51)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão ordinária.

(O Sr. Presidente procede à leitura do Expediente)

OFÍCIO

Do Deputado Paulo Rangel, comunicando sua ausência da sessão no dia 20/01/2014, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

(O Sr. Presidente procede à leitura da Mensagem de nº 05/2014 do Exmº Sr. Governador do Estado da Bahia.)

(Lê): *“Mensagem nº 05/2014.
Salvador, 03 de fevereiro de 2014.*

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação da augusta Assembleia Legislativa do Estado, a anexa Proposta de Emenda Constitucional que “dá nova redação ao art. 204 da Constituição do Estado da Bahia”.

A presente Proposição tem o intuito de adequar a distribuição da arrecadação originária da participação na exploração dos potenciais de energia hidráulica, petróleo, gás natural e outros recursos minerais, de forma a contemplar áreas sociais, tais como a saúde, a previdência e a educação.

A distribuição da arrecadação proposta tornará a Constituição do Estado compatível com as disposições contidas na Lei Federal nº 12.858, de 09 de setembro de 2013, que dispõe sobre a destinação de recursos para o cumprimento das metas e garantias atinentes à saúde e à educação estabelecidas pela Constituição Federal.

Importante registrar que a destinação de parte da arrecadação ao Sistema de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia se faz necessária em função do agravamento do descompasso, ao longo dos últimos anos, entre as receitas previdenciárias e o volume de recursos necessários para prover o pagamento de aposentadorias e pensões, acarretando uma evolução contínua do déficit previdenciário.

Diante deste cenário, a presente Proposição reflete a preocupação do Governo com o pagamento futuro das aposentadorias e pensões e trilha o caminho da busca de novas fontes de receita, de modo a fortalecer e capitalizar o Sistema de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia.

Valho-me do ensejo para renovar, a Vossa Excelência e aos seus dignos Pares, as expressões do meu elevado apreço e distinta consideração.

*JAQUES WAGNER
Governador”*

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Um minuto, deputado Gaban.

(O Sr. Presidente procede à leitura da Proposta de Emenda Constitucional de nº 136/2014, de procedência da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa da Bahia, que dá nova redação ao art. 204 da Constituição do Estado da Bahia.)

(Lê): *“PROPOSTA DE EMENDA Nº 136/2014*

Dá nova redação ao art. 204 da Constituição do Estado da Bahia.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA, no uso da atribuição prevista no § 3º do art. 74 da Constituição Estadual, promulga a seguinte Emenda Constitucional:

Art. 1º - O art. 204 da Constituição do Estado da Bahia passa a vigorar com a seguinte redação e incisos:

“Art. 204 - Os recursos financeiros destinados ao Estado, resultantes da participação na exploração dos potenciais de energia hidráulica, petróleo, gás natural e outros recursos minerais, serão aplicados, na proporção em que a lei estabelecer, em:

I - educação e saúde;

II - gestão e preservação de recursos hídricos e minerais;

III - geração de energia e energização rural;

IV - aporte em fundos de previdência dos servidores estaduais.

*.....
.....”*

Art. 2º - Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA, em”

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Gaban, quando lemos o Expediente, o Regimento Interno determina a sua leitura na íntegra.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputadas Maria del Carmen e Graça Pimenta, o Sr. Governador esteve, ontem, nesta Casa, para ler a sua mensagem, como sempre, educado, como sempre, um belo discurso. Mas quanto ao Sr. Governador do Estado, ou ele está vendo muito a propaganda do governo da Bahia, ou não está sendo informado pelos seus assessores.

O Sr. Governador que não falou de segurança, deputado Delegado Damasceno,

achei estranho, diz na sua Mensagem que uma das principais estratégias do Governo da Bahia para dar impulso ao desenvolvimento social da população envolve o fortalecimento das ações de saúde. Governador, a saúde na Bahia é um caos, e o exemplo é o Hospital Geral de Camaçari – o único hospital de grande porte fora de Salvador na Região Metropolitana, o único!

Pois bem, ontem, os enfermeiros do Hospital Geral de Camaçari paralisaram as atividades por total falta de condições de trabalho. Não têm material como luvas de procedimentos, equipamentos e medicações, além de equipamentos de monitorização quebrados; número insuficiente de profissionais. A estrutura física crítica desde que Jaques Wagner assumiu o governo Bahia continua na mesma situação ou pior ainda, inclusive faltam acomodações por gênero. São leitos masculinos junto aos leitos femininos sem privacidade alguma. A sala de reanimação destinada aos pacientes graves não atende as mínimas condições. Os técnicos de enfermagem não possuem banheiro próprio. A rede de suporte de oxigênio não atende aos leitos na totalidade das enfermarias. O número de enfermeiros não cobrem as enfermarias deixando-as...

Deputado Bira Corôa, estou falando sobre a crítica situação do Hospital Geral de Camaçari que, ontem, teve as suas atividades paralisadas pelos enfermeiros.

Pois bem, o número de enfermeiros no Hospital Geral de Camaçari não atende ao número de enfermarias deixando-as sem a presença do profissional na unidade, limitando a atuação do técnico.

Cobro aqui, inclusive, a posição do Coren – Conselho Regional de Enfermagem – pois as instruções e normativas do Coren estão sendo desrespeitadas pelo governo do Estado no município de Camaçari. Vale lembrar que há um número significativo de profissionais afastados, inclusive um possível remanejamento ou demissão de 15 profissionais na última semana.

A enfermagem, Srs. Deputados, é um setor vital para uma unidade de saúde. Se as enfermeiras e enfermeiros do Hospital Geral de Camaçari estão suspendendo as suas atividades por falta das mínimas condições de trabalho, imagine, presidente Adolfo, as condições dos pacientes.

Pois bem, Sr^{as} Deputadas e Deputados, está é a área que o governo do Estado que o governador Wagner disse que deu prioridade absoluta nos seus 7 anos de governo. Se a área que ele deu prioridade está assim, imaginem a segurança, que ele nem olha.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Gaban pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, minhas caras deputadas, Srs. Deputados, o governo hoje, meu caro Adolfo, tem o desprazo, a insensatez de, mais uma vez, colocar para correr o prazo de 10 dias previstos no Regimento Interno e reapresenta a vergonhosa PEC. Foi aprovada a emenda impositiva num valor irrisório de um milhão e duzentos, mas que multiplicada por 63 parlamentares dá um total de 75 milhões e seiscentos. Participei da reunião, designado que fui pelo Líder da Oposição,

deputado Elmar Nascimento; juntamente com o sub-secretário de Planejamento do Estado; o Líder do governo, deputado Zé Neto, e o deputado Paulo Câmara. E lá ficou acordado e acertado que a fonte de recursos de onde sairiam esses 75 milhões e seiscentos – até para dar tranquilidade aos deputados da real execução, já que esse governo está literalmente quebrado – seria da Fonte 00, hoje Fonte 100. E assim ficou acordado.

Só que, na hora de se aprovar, vem uma decisão da Casa Civil, do Dr. Rui Costa, de que os 75 milhões e seiscentos serão retirados do Fundo de Previdência, deputado João Carlos Bacelar. Aí eu pergunto: se vai tirar mais 75 milhões e seiscentos, definido pelo governo, do Fundo de Previdência, para que pegar esses recursos do próximo governador para cobrir o Fundo de Previdência? É, no mínimo, uma insensatez, um desprate, é brincar com a inteligência do povo da Bahia.

Ontem, vimos aqui pela primeira vez na história da Bahia e, provavelmente, do Brasil, um governador se despedindo no último ano do seu mandato. Poderia, sim, encerrar seu último mandato com chave de ouro. Deveria, no mínimo, iniciar a sua mensagem dizendo inicialmente àqueles que ele diz que são importantes em qualquer administração - e verdadeiramente o são, que são os servidores públicos: “Olha, tardei em mostrar a mensagem de reajuste do funcionalismo público, porque queria dar um reajuste maior.” Ao invés de ficar enaltecendo os funcionários públicos. E apresentava a mensagem, mas, não, nem isso fez. Pior e muito pior. O que ele fez? Uma despedida. Como é que um governador se despede faltando 11 meses para terminar sua gestão? Diz adeus: “É a última vez que venho a esta Casa, cheio de emoção, uma emoção de quem vai embora.”

Ele vai embora e o povo da Bahia, como é que fica? Cadê a segurança pública? Por que ele não falou da educação? Por que ele não falou da saúde, o que vai fazer neste ano, no fim do seu mandato? Por que ele não assumiu o compromisso de pagar a URV para a polícia militar e para todos aqueles do Executivo que não receberam? Pelo menos encerraria com chave de ouro. Mas veio aqui chorar, falar sobre alguns projetos do governo federal que aconteceram no passado. É triste, é lamentável! E inicia a mensagem de uma forma totalmente equivocada. Será que o governador quer quebrar ainda mais o Fundo de Previdência? Insensatez! Não manda mensagem de reajuste e aqueles que estão aposentados correm um risco cada vez maior, fruto da incompetência, da falta de gestão, da falta de compromisso deste governo com aqueles que dedicaram a sua vida ao serviço público. Como é que colocam as emendas impositivas para saírem exatamente do fundo de previdência, que está quebrado? É triste, mas vou voltar ao assunto.

Toda a Oposição está indo hoje ao Tribunal de Contas do Estado cobrar, exigir do presidente Inaldo que, pela primeira vez nos sete anos de governo Wagner, cumpra o que determina a lei de responsabilidade fiscal, que cumpra com o seu dever de presidente do Tribunal e faça o que determina as leis em vigor. É um crime de responsabilidade o que foi publicado no Diário Oficial, dizendo que os números apresentados não condizem com a verdade, que, quando houver um ajuste do Fiplan, eles vão corrigir uma publicação da contabilidade do Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. GABAN:- Concluindo, Sr. Presidente. Quando veio o Secretário Manoel Vitório apresentar o segundo quadrimestre, ele disse que o saldo em caixa do Estado era de 7 bilhões. Questionado que foi, disse que iria dar o número definitivo. Quando ele publica agora o resultado do segundo quadrimestre, são 4 bilhões e 100. É o sete ou o quatro que está certo? Os dois foram publicados pelo Exmº Sr. Governador do Estado, publicados no Diário Oficial e aprovados. E o Tribunal, carinhoso com o Estado, não o será porque vamos entrar com uma ação contra o governador, contra o secretário da Fazenda e, se necessário, contra o presidente do Tribunal de Contas do Estado.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o nobre deputado Roberto Carlos, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ROBERTO CARLOS:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, povo que prestigia esta Casa, imprensa, funcionários, gostaria de registrar nesse momento, segundo dia de trabalho aqui na Assembleia Legislativa, comunicar a esta Casa que na cidade de Curaçá/Bahia existe um movimento chamado Movimento dos Reassentados do Projeto Pedra Branca, na luta pela anulação do convênio celebrado entre a Chesf e a prefeitura municipal da cidade de Curaçá.

Lamentavelmente, Sr. Presidente, estou registrando nesse momento o que está vivenciando o município de Curaçá, principalmente por que o prefeito, sem consultar nenhuma liderança política, sem consultar os reassentados do Projeto Pedra Branca, celebrou um convênio com a Chesf. Convênio que tira do poder da Chesf a responsabilidade de administrar o Projeto Pedra Branca, os perímetros irrigados, as agrovilas que, desde 1978 quando foi fundado, a Chesf está devendo aos reassentados daquele projeto, normas discutidas com os colonos daquele projeto. E até hoje a Chesf não cumpriu com a sua obrigação.

E aí vem o prefeito sem ter conhecimento de causa e celebra um convênio de R\$ 4 milhões de reais para administrar o projeto. Ora, se o prefeito não vem administrando bem a cidade de Curaçá, se não vem tapando os buracos, nem pintando o meio-fio, imaginem administrar um perímetro irrigado, grande que é. A base da economia da cidade de Curaçá é o Projeto Pedra Branca, é o Projeto Itaparica, são as agrovilas. E aí o prefeito, sem ter nenhuma explicação, deputado Bira Coroa, celebrou esse convênio, maltratando de uma vez por todas todos os colonos daquele projeto.

Está defronte à prefeitura municipal o movimento dos reassentados do Projeto Pedra Branca para tentar dialogar com o prefeito Carlinhos Brandão do PPS. E o prefeito não recebe o povo para dialogar, para cancelar ou anular esse convênio que fez com a Chesf, prejudicando sensivelmente os trabalhadores da fruticultura irrigada da cidade de Curaçá.

Quero conclamar, nesta Casa, principalmente as lideranças do PPS, os

deputados apoiados pelo prefeito Carlinhos Brandão, que conversem com ele, tentem entrar num entendimento para que receba aqueles colonos do Projeto Pedra Branca e anule o convênio feito com a Chesf, prejudicando os trabalhadores da fruticultura irrigada.

É esse registro, Sr. Presidente, que eu gostaria de fazer. Solicito ao prefeito que reveja essa situação, não são R\$ 4 milhões que resolverão o problema da prefeitura de Curaçá em detrimento de deixar os trabalhadores da fruticultura irrigada numa situação difícil, porque a gente sabe que prefeitura nenhuma tem competência para administrar projetos de irrigação. Muito menos, uma prefeitura como essa que está mal administrada na cidade de Curaçá.

Tenho a convicção que só prejudicará os trabalhadores. E o prefeito, como é empregado do povo, até o momento não recebeu o seu patrão, que é a população na prefeitura de Curaçá. Deve receber porque aquela prefeitura não é um patrimônio particular do prefeito e, sim, dos trabalhadores de Curaçá. Por isso, quero informar que, lamentavelmente, o prefeito celebrou esse convênio com a Chesf prejudicando sensivelmente os reassentados do Projeto Pedra Branca na cidade de Curaçá.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Maria del Carmen pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Sr. Presidente, deputado Adolfo Menezes, que preside esta sessão nesta tarde, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, nossas auxiliares taquígrafas, demais servidores desta Casa que acompanham o nosso trabalho agora que estamos retomando os trabalhos sem recesso, já que emendamos praticamente um ano no outro, com apenas dois dias de intervalo. Mas foi um ano extremamente proveitoso. Ao final do ano a quantidade de projetos aprovados e de interesse do povo da Bahia superou e preencheu as nossas dificuldades sem o período de descanso. Deputado não tem descanso, não tem férias, porque durante as férias ou o descanso aumenta mais ainda o trabalho percorrendo os quatro cantos deste Estado tão extenso, não é, deputado?

Inicialmente, quero aproveitar a oportunidade, mesmo com o Plenário vazio, pois o ideal era que estivesse completamente lotado, para agradecer o apoio de todos os deputados pela aprovação do Projeto Anticalote, que aconteceu no último dia de sessão nesta Casa. O projeto de nossa autoria cujo relator foi o deputado Mário Negromonte Júnior, não atende apenas aos nossos interesses. É um projeto que atende, de fato, aos interesses dos trabalhadores terceirizados deste Estado. E, portanto, é um projeto que temos que dividir essa vitória e conquista com todos os deputados que nos auxiliaram e nos ajudaram a aprová-lo por unanimidade nesta Casa, depois de várias idas, vindas, dificuldades aqui e ali, problemas pontuais. Mas, no final, todos estavam de acordo com essa aprovação.

Agradecer ao nosso Líder da Maioria e também ao Líder da Minoria, que na sua Bancada, permitiu que essa articulação fosse realizada.

Maria Luiza Laudano por todo o tempo esteve muito presente ao nosso lado

nesse debate. E foi uma enorme conquista.

Esperamos agora que, em breve, o governador Jaques Wagner convoque todos nós, deputados, para que, juntamente com todas as centrais sindicais, possamos estar lá, aplaudindo, no momento em que o governador assinar e transformar esse projeto em lei, efetivamente, para que possa ter vigência no Estado da Bahia e ser incluída nos novos contratos, e que os contratos em andamento, deputado Roberto Carlos, sejam aditivados, e, assim, os trabalhadores terceirizados do Estado tenham a garantia de que aquilo que é seu direito, já assegurado pela CLT, seja efetivamente cumprido.

Portanto, gostaria de, neste momento, parabenizar a todos nós, deputados, pela aprovação, também, da Política Estadual de Pessoas em Situação de Rua, porque é uma política que também atende aos interesses daqueles que estão quase que invisibilizados. Na maioria das vezes, nem conseguimos enxergar direito a população de rua, porque aqueles que já chegaram ao ponto de estar na rua abdicaram de tudo aquilo que é mínimo para sobrevivência de uma pessoa. Essas pessoas passam a ter direitos já assegurados na Política Nacional da Pessoa em Situação de Rua.

Agora, a Bahia, Estado que elaborou o primeiro projeto, o “Acolhe Bahia”, voltado exatamente para o atendimento a essa população que, após o presidente Lula, passou a ter visibilidade neste País, aprova por unanimidade nesta Casa o projeto de lei que deverá receber a sanção do Sr. Governador dentro em breve.

Portanto, é momento de aplaudir e parabenizar todos os deputados da Casa por essas vitórias construídas em nome do povo da Bahia.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Graça Pimenta, pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a GRAÇA PIMENTA:- Quero cumprimentar o Sr. Presidente, as Sr^{as} Deputadas, os Srs. Deputados, os funcionários desta Casa, a imprensa, as pessoas nas Galerias e aqueles que nos assistem pelo *Canal Assembleia*. Boa-tarde.

(Lê) “Nobres parlamentares, é com muita alegria e honra que volto a esta tribuna para dar continuidade a um mandato parlamentar pautado em ouvir o povo e buscar o melhor para toda a população baiana, em especial para aqueles que mais precisam. Este ano, sem dúvida, está sendo mais atarefado do que os outros.

Durante praticamente todo o mês de janeiro, quando deveríamos estar em recesso, para ter um contato maior com a população, estávamos aqui, discutindo as proposições do Executivo e aquelas apresentadas por nós. Neste período, tive a honra de ter um projeto de lei aprovado neste Plenário.

Estou falando da proposta nº 20.685/2013, que obriga às unidades de saúde pública ou privada a comunicarem ao Conselho Tutelar, pais e/ou responsáveis legais os atendimentos médicos prestados aos menores de idade por consumo de álcool e/ou drogas. Agradeço a todas as deputadas e aos deputados por reconhecerem a importância desse projeto para o nosso Estado.

Estamos vivendo um momento de criminalidade muito grande em nossa

sociedade. É muito comum esses crimes estarem associados à droga, seja ela o álcool, a cocaína ou qualquer outra tipo. As drogas têm um poder de destruição muito grande. Elas prejudicam quem as utiliza, a própria família e toda a sociedade.

Acredito que, quando a lei em questão entrar em vigor, iremos prevenir o aumento da incidência do alcoolismo e do uso de outras drogas, a exemplo do crack, principalmente pela juventude baiana, parcela social comumente mais vulnerável ao uso da droga. Muitos crimes sobre os quais temos notícias são cometidos por jovens que buscam na criminalidade uma forma de sustentar seus vícios.

Pesquisas recentes indicam o aumento do uso abusivo do álcool entre jovens e adolescentes, além da redução da idade em que os indivíduos têm o primeiro contato com as drogas. Estudos da Organização Mundial de Saúde (OMS) dão conta de que uma em cada quatro crianças de 9 anos já provou alguma bebida alcoólica e que 29% dos adolescentes de 15 anos bebem toda semana.

Nobres Parlamentares. A pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE 2012), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta que chega a 9,9% a proporção de adolescentes que residem nas capitais e já experimentaram drogas ilícitas, o que equivale a pouco mais de 312 mil jovens. Como representantes do povo, temos que combater esse mal que se tem levantado contra toda a sociedade.

Muitas vezes as famílias não têm conhecimento da conduta dos seus jovens na rua, com os amigos. Através da proposta vai ser possível alertar os responsáveis legais por crianças e adolescentes, além do Conselho Tutelar, para que tomem as providências cabíveis na resolução do problema, tirando o jovem de um meio que só vai lhe causar danos.

Senhoras deputadas, senhores deputados. O mal que a droga causa a toda a sociedade é apenas um dos problemas que temos de combater. Temos sérios problemas em diversas áreas, como as da Saúde e da Educação, essenciais ao progresso e bem-estar de um povo. Neste ano vamos continuar lutando pelo melhor para a nossa população.

Seja através de indicações, projetos de Lei ou audiências com representantes das pastas estaduais e nacionais, vamos nos empenhar para fazer da Bahia um estado digno do povo trabalhador que tem. É dessa forma que iremos honrar cada voto de confiança que foi dado a cada um de nós. Muito obrigada pela atenção de todos!.... foi dado a cada um de nós.” Boa tarde e muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Presidente (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Caro amigo presidente desta sessão, deputado Adolfo Menezes, queridos colegas deputados e deputadas, você que nos assiste pelo canal TV Assembleia, um profissional do rádio, no exercício da sua profissão, fez uma crítica, e por essa crítica foi agredido na sua residência por um advogado. A denúncia do radialista é que ele estava cobrando R\$ 3.500,00 para aposentar idosos.

O radialista estava em sua casa, na noite de domingo, quando foi agredido por esse advogado. O nome do radialista, o nome do colega é Ribeiro Souza, que trabalha na Rádio Paiaíá FM, na cidade de Saúde. O filho dele de 15 anos também acabou sendo agredido.

Pasmem os senhores, pasmem as senhoras, que o motivo da agressão foi uma denúncia do radialista de que o advogado Joel Caetano da Silva Neto estaria cobrando R\$ 3.500,00 para aposentar idosos. Cobranças indevidas acontecem há cerca de 3 anos na cidade.

O radialista, em seu mister, em sua profissão, no direito de informar a seus ouvintes, denunciou o advogado na semana passada. E, por isso, o radialista foi agredido pelo advogado. O radialista foi procurado por ouvintes e pessoas humildes que contaram a situação.

Nós estamos encaminhando à OAB, secção Bahia, melhor, ao seu presidente Luiz Viana para apurar o referido caso. Se a denúncia do profissional de rádio é inverídica, que seja arrolada a Lei de Imprensa e que o advogado preste uma queixa-crime alegando calúnia e difamação. Porém, jamais, ele, o advogado, tem o direito de agredir quem quer que seja, muito menos um profissional no exercício de sua profissão.

Ao levar a notícia, creio que o radialista se baseou ao ouvir os relatos de várias pessoas. E nos parece que a notícia é verdadeira pela reação selvagem e animalasca por parte do advogado. Se assim não o fosse, o advogado usaria o espaço, no mesmo programa, para descredenciar a denúncia e para se defender. Vejam, está muito clara na Lei de Imprensa: o direito de defesa por parte do ofendido. Mas se ele, o advogado, assim não o fez, é porque o fato tem indício de ser verdadeiro. Isso compromete a atuação do advogado.

A OAB precisa chamar este advogado à responsabilidade. A instituição deve apurar se a denúncia do radialista é verdadeira ou não. Se é verdadeira, ele, o advogado, não pode fazer parte dos quadros da OAB e não pode advogar neste Estado. O presidente da OAB-BA deve chamá-lo à atenção, inclusive com algum tipo de punição. Um advogado, jamais, deve usar a boa-fé de idosos ou de pessoas que querem se aposentar como velhinhos cobrando R\$ 3.500,00 por aposentadoria.

Ora, ouçam-me com atenção! O que tem demais no radialista fazer esta denúncia? Como falei, se a notícia não é verdadeira, que o advogado preste uma queixa contra o profissional de rádio por calúnia, difamação, injúria, seja o que for. Jamais, o advogado tem o direito de agredir ou de invadir a casa de quem quer que seja. Só o ato de invadir a residência do radialista e agredir o profissional em sua casa assim como agredir o filho de 15 anos do radialista, isso já é demais!

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Para concluir.

O Sr. CARLOS GEILSON:- A OAB não pode silenciar. Os maus advogados devem ser excluídos e punidos pela Ordem dos Advogados do Brasil! Advogados ruins não podem fazer parte desta instituição tão importante para a democracia desta sociedade e para os valores da cidadania.

Muito Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Com a palavra o nobre deputado Elmar Nascimento pelo tempo de até cinco minutos. O deputado Elmar Nascimento será a voz da Assembleia Legislativa no Congresso Federal. Precisando, V.Ex^a poderá usar mais dois ou três minutos se assim o quiser.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, para quem assistiu, ontem, à mensagem do Sr. Governador para o ano de 2014 – peça fundamental e tradição do Parlamento brasileiro, pois tal conduta vai desde a presidente da República, passando pelos governos estaduais até os prefeitos –, ficou com a nítida convicção de que se tratava de um governador, absolutamente, em final de mandato, que abdicou totalmente da gestão, que abdicou de seus compromissos para com o Estado a fim de tratar, exclusivamente, de política ao antecipar as eleições, retirando do bolso e impondo, desde o seu partido até à base aliada, o seu candidato a governador. A despeito deste assunto, a legislação eleitoral brasileira só permite campanha política a partir de julho próximo.

O governador não apresentou absolutamente nada. A mensagem foi de uma página e meia que não apresenta objetivos, não traça metas. E como única novidade o que trouxe foi a criação - pasmem, senhores! - de mais uma Secretaria de Estado para terminar de compor esse banquete fisiológico que traz este governo, mas quem paga a conta são os baianos, é o contribuinte do nosso Estado.

É um banquete fisiológico que faz com que o governador tenha ampliado de 20 para 32 as Secretarias completadas ontem, quando contemplou mais um partido, o PTB, colocando o professor Edvaldo Brito. S.Ex^a assim atende o deputado federal Antonio Brito para ter na sua aliança o eleitorado dele e para que o seu candidato tenha mais um partido político a apoiá-lo, em detrimento de todas as manifestações que ocorreram em julho passado pedindo a redução do tamanho do Estado para que o governo tivesse mais capacidade de investir.

Não é por outra coisa que nesse final de semana o governador, junto com o secretário da Fazenda, cometeu mais um crime, entre aqueles elencados na Lei de Responsabilidade Fiscal, consistente na maquiagem das contas públicas, pois impede a Oposição de exercer o seu livre direito de fiscalizá-las quando ele não disponibiliza mais a receita do Estado por fonte de recursos para que tenhamos a oportunidade de vir a desmascarar o seu perdulário governo, que gasta mais do que arrecada e não tem compromisso nem prioriza as coisas mais básicas.

Estamos todos os dias a assistir ao incremento da violência. Hoje, próximo à minha casa, foram mais dois caixas eletrônicos da Caixa Econômica explodidos pelos bandidos, porque o Sr. Governador teima em investir mais recursos na publicidade do que na segurança pública.

E não há segredo. O secretário da Segurança Pública do nosso Estado é um jovem competente, mas não é mágico. É impossível para quem quer que seja desenvolver a segurança pública da nossa Bahia se não for estabelecido que isso é uma prioridade orçamentária dando mais recursos para serem investidos nessa área.

Mas se investe em propaganda para mentir dizendo que foram contratados 8 mil policiais. Quando se contratam 8 mil, é porque se aposentaram mais 8 mil, e não há qualquer tipo de incremento na corporação.

Portanto, me despeço de V.Ex^{as} na primeira vez que uso da tribuna nesta Sessão Legislativa para dizer que infelizmente o pronunciamento melancólico do governador, a única novidade que trouxe foi a criação de mais uma Secretaria para servir nesse banquete espúrio e fisiológico que se faz com o recurso público para contemplar partidos aliados, em detrimento da gestão e dos superiores interesses do nosso Estado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Registro neste recinto as presenças dos deputados Carlos Gaban, Adolfo Viana, Zé Neto, Líder do governo, Elmar Nascimento, Líder da Oposição, Carlos Geilson, grande representante da Região Metropolitana de Feira de Santana, Graça Pimenta, também representante de lá, e deste deputado que vos fala.

Temos somente 7 parlamentares no Plenário.

Declaro encerrada a presente sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*